



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.514-A, DE 2023

(Do Sr. Marcos Pollon)

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de tiro desportivo e dá outras providências; tendo parecer da Comissão do Esporte, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. LUIZ LIMA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

ESPORTE;

RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão do Esporte:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023.

(Do Sr. Marcos Pollon)

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de tiro desportivo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2023, poderão ser deduzidos do imposto sobre a renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica regularmente inscrita no Exército Brasileiro para o desempenho de atividades com os produtos controlados tipo arma de fogo e munição, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos de tiro desportivo e paradesportivo.

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas a 15% (quinze por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

§ 2º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor.

§ 3º São dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ou não ao doador ou patrocinador.

Art. 2º Os projetos de tiro desportivo e paradesportivo, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento:

I - desporto educacional;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 11/07/2023 19:02:36.953 - MESA

PL n.3514/2023

II - desporto de participação;

III - desporto de rendimento.

§ 1º Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos de tiro desportivo e paradesportivo destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - patrocínio:

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário para a realização de projetos de tiro desportivo e paradesportivo, com finalidade promocional e institucional de publicidade;

b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos de tiro desportivo e paradesportivo pelo proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo;

II - doação:

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos de tiro desportivo e paradesportivo, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;

b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos que promovam o tiro desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social;

III - patrocinador: a pessoa física ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apoie projetos nos termos do inciso I do caput deste artigo;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 11/07/2023 19:02:36.953 - MESA

PL n.3514/2023

IV - doador: a pessoa física ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apoie projetos nos termos do inciso II do caput deste artigo;

V - proponente: a pessoa jurídica de direito público, de direito privado com fins não econômicos, de natureza esportiva, bem como as instituições de ensino fundamental, médio e superior, que tenham projeto aprovado nos termos desta Lei.

Art. 4º O cadastro dos projetos apresentados na forma prevista no art. 5º desta Lei cabe a comissão designada pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, garantindo-se a participação de representantes governamentais, designados pelo Ministro do Esporte, e representantes do setor desportivo, indicados pelas entidades nacionais do tiro desportivo.

Parágrafo único. A composição, a organização e o funcionamento da comissão serão estipulados e definidos em regulamento.

Art. 5º Os projetos desportivos e paradesportivos de que trata o art. 1º desta Lei serão encaminhados a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, acompanhados da documentação estabelecida em regulamento e de orçamento analítico.

§ 1º A aprovação dos projetos de que trata o caput deste artigo somente terá eficácia após a publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado, a instituição responsável, o valor autorizado para captação e o prazo de validade da autorização.

§ 2º Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados pela comissão designada pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes dos projetos de tiro desportivo e paradesportivo financiados nos termos desta Lei mencionará o apoio institucional, com inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 11/07/2023 19:02:36.953 - MESA

PL n.3514/2023

Art. 7º A prestação de contas dos projetos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei fica a cargo do proponente e será apresentada à comissão designada pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, na forma estabelecida pelo regulamento.

Art. 8º A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro informará à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB os valores correspondentes a doação ou patrocínio destinados ao apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, no ano-calendário anterior.

Parágrafo único. A RFB estabelecerá, em ato normativo próprio, a forma, o prazo e as condições para o cumprimento da obrigação acessória a que se refere o caput deste artigo.

Art. 9º Compete à Secretaria da Receita Federal, no âmbito de suas atribuições, a fiscalização dos incentivos previstos nesta Lei.

Art. 10. Constituem infração aos dispositivos desta Lei:

I - o recebimento pelo patrocinador ou doador de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio ou da doação que com base nela efetuar;

II - agir o patrocinador, o doador ou o proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto;

III - desviar para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos dos recursos, bens, valores ou benefícios com base nela obtidos;

IV - adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade desportiva beneficiada pelos incentivos nela previstos;

V - o descumprimento de qualquer das suas disposições ou das estabelecidas em sua regulamentação.

Art. 11. As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitarão:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 11/07/2023 19:02:36.953 - MESA

PL n.3514/2023

I - o patrocinador ou o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação;

II - o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. O proponente é solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada quanto ao disposto no inciso I do caput deste artigo.

Art. 12. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios efetuados nos termos do art. 1º desta Lei serão depositados e movimentados em conta bancária específica, no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal, que tenha como titular o proponente do projeto aprovado pelo Ministério do Esporte.

Parágrafo único. Não são dedutíveis, nos termos desta Lei, os valores em relação aos quais não se observe o disposto neste artigo.

Art. 13. Todos os recursos utilizados no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados na rede mundial de computadores, de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

§1º. Os recursos a que se refere o caput deste artigo ainda deverão ser disponibilizados, mensalmente, no sítio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, constando a sua origem e destinação.

§2º. A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos de tiro desportivo e paradesportivo, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto objetiva promover e incentivar a prática do tiro desportivo visando facilitar o acesso a equipamentos e recursos para treino e competições através de benefícios fiscais para empresas do seguimento de armas e munições no Brasil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Ao falarmos de tiro esportivo, sempre importante mencionarmos o valor histórico e relevante nos Jogos Olímpicos, para o Brasil. Na Antuérpia, no ano de 1920, o Brasil disputou os jogos pela primeira vez, com uma delegação de apenas 21 atletas, que competiram em diversas modalidades.

Apesar da participação em modalidades distintas, foi o tiro esportivo que teve maior desempenho e destaque na competição. Dentro os feitos memoráveis, o tiro esportivo rendeu 3 (três) medalhas para o Brasil, sendo elas: uma de ouro (com Guilherme Paraense), Uma de Prata(com Afrânio da Costa) e uma de bronze (por equipe). Vale ressaltar que, durante a competição, os atletas sofreram com o roubo de equipamentos, porém, com apoio da delegação norte-americana, que emprestaram equipamentos e munições à delegação, superaram os obstáculos e se tornaram motivo de orgulho, entrando para história dos Jogos Olímpicos.

Como esporte, o tiro de misturou muito com a prática militar, que pode ser considerada a origem da modalidade. As linhas de tiro utilizadas nos combates serviram como modelo para as primeiras competições, com disputas nas posições deitado, de joelhos e em pé.

No entanto a carga tributária elevadíssima incidente sobre os equipamentos além das burocracias exageradas envolvidas nos processos desde a fabricação e importação até a chegada nas mãos dos atletas tornam por vezes inviável a prática até mesmo amadora com o custo final podendo prejudicar o sustento dos atletas.

O presente projeto tem como escopo principal incentivar os investimentos das empresas que exploram o mercado de armas e munições em projetos de tiro desportivo e paradesportivo através de benefícios fiscais.

Neste sentido, pela importância histórica da modalidade do tiro esportivo, peço aos nobres pares o apoio para aprovação desse requerimento.

Sala das sessões, em 11 de julho de 2023.

Deputado Federal Marcos Pollon





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

PL-MS

Apresentação: 11/07/2023 19:02:36.953 - MESA

PL n.3514/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231701543400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|--|---|
| LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 Art. 3º | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-1226;9249 |
| LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-0324;9615 |
| LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1971-0901;5700 |
| LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-1216;9755 |



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Lima

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 3.514, DE 2023

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de tiro desportivo e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCOS POLLON

Relator: Deputado LUIZ LIMA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 3.514, de 2023, de autoria do Deputado Marcos Pollon, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de tiro desportivo e dá outras providências.

Conforme Despacho do dia 7 de agosto de 2023, o projeto foi distribuído às Comissões de Educação e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para análise de mérito, de Finanças e Tributação, que a analisará quanto ao mérito e à adequação financeira ou orçamentária; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deve se manifestar quanto à sua constitucionalidade e juridicidade.

O projeto de lei está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e sua tramitação obedece ao regime ordinário, conforme o disposto no art. 151, III do RICD.

Ao fim do prazo regimental, em 23 de agosto de 2023, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei n.º 3.514, de 2023, de autoria do Deputado Marcos Pollon, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de tiro desportivo e dá outras providências. A proposta prevê a dedução de imposto sobre a renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica regularmente inscrita no Exército Brasileiro para o desempenho de atividades com os produtos controlados tipo arma de fogo e munição, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos de tiro desportivo e paradesportivo.

Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o tiro esportivo é uma das modalidades mais antigas do programa olímpico, presente desde 1896, com exceção apenas dos Jogos de 1904 e 1928. No contexto nacional, o tiro esportivo tem papel histórico relevante, sendo a modalidade responsável pelas primeiras medalhas olímpicas do Brasil conquistadas nos Jogos de Antuérpia, em 1920.

De acordo com o autor da proposição:

Como esporte, o tiro de misturou muito com a prática militar, que pode ser considerada a origem da modalidade. As linhas de tiro utilizadas nos combates serviram como modelo para as primeiras competições, com disputas nas posições deitado, de joelhos e em pé.

No entanto a carga tributária elevadíssimo incidente sobre os equipamentos além das burocracias exageradas envolvidas nos processos desde a fabricação e importação até a chegada nas mãos dos atletas tornam por vezes inviável a prática até mesmo amadora com o custo final podendo prejudicar o sustento dos atletas.

Mais do que um legado histórico para o esporte brasileiro, o tiro carrega também um valor social expressivo, sendo uma prática adequada a pessoas de diferentes faixas etárias e perfis físicos e que possibilita trajetórias esportivas longevas. Ademais, como esporte de precisão, promove o desenvolvimento de competências como disciplina, autocontrole e concentração.



No entanto, como bem destaca o autor do PL, a prática do tiro desportivo exige investimentos significativos, tanto na aquisição de armas, munições e equipamentos específicos, quanto na filiação a clubes especializados e na participação em competições. Esses custos representam um grande desafio, principalmente para atletas em formação ou oriundos de contextos menos favorecidos.

Reconhece-se, portanto, o mérito da iniciativa ao propor medidas voltadas à valorização da referida modalidade desportiva, dialogando com o esforço nacional de fortalecimento das políticas públicas de esporte, sobretudo aquelas voltadas ao fomento de projetos por meio da renúncia fiscal.

Contudo, observa-se que o conteúdo do Projeto de Lei trata de matéria já disciplinada pela Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), que regulamenta a dedução do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas em apoio a projetos desportivos e paradesportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. Para melhor adequação à técnica legislativa, eventuais alterações nas regras de incentivo devem, sempre que possível, ser inseridas diretamente na própria LIE, e não por meio de norma autônoma.

Cabe destacar que a LIE abrange todas as modalidades esportivas sem distinções, salvo hipóteses expressamente previstas, como a do § 6º do art. 1º, que autoriza a ampliação do limite de dedução para até 4% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica quando o projeto estiver voltado à inclusão social em comunidades vulneráveis. A proposta de elevar esse limite para 15% pode gerar desequilíbrios no sistema e comprometer a lógica de isonomia que orienta a legislação vigente. Por essa razão, convém que a presente proposta observe o limite já estabelecido nas exceções da LIE, a fim de preservar a coerência normativa e evitar impactos orçamentários desproporcionais.

Em outra dimensão da análise, o projeto restringe o benefício fiscal a empresas do segmento de armas e munições, o que pode, paradoxalmente, limitar a efetividade da medida de fomento ao tiro esportivo,



ao reduzir o universo de potenciais incentivadores. Portanto, é preciso evitar esse tipo de barreira no PL, optando-se por mecanismos mais inclusivos.

Por fim, ressalta-se que a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597, de 2023) passou a representar o novo marco normativo da política esportiva nacional, ainda que com dispositivos pendentes de apreciação em razão de vetos. A citação de terminologias superadas pela nova legislação também reforça a necessidade de adequação do texto proposto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL n.º 3.514, de 2023, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ LIMA
Relator



COMISSÃO DO ESPORTE**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 3.514, DE 2023**

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites para dedução dos valores destinados a projetos de tiro desportivo.

Art. 1º A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....
§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os projetos que incentivem a prática do tiro desportivo poderão ser enquadrados no limite de dedução previsto no § 6º.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ LIMA
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 3.514, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão do Esporte, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.514/2023, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Laura Carneiro - Presidente, Danrlei de Deus Hinterholz, Helena Lima e Mauricio do Vôlei - Vice-Presidentes, André Figueiredo, Beto Pereira, Charles Fernandes, Coronel Chrisóstomo, Douglas Viegas, Dr. Luiz Ovando, Julio Cesar Ribeiro, Luiz Lima, Max Lemos, Airton Faleiro, Antonio Carlos Rodrigues, Bandeira de Mello, Célio Silveira, Defensor Stélio Dener, Iza Arruda, Marcos Tavares, Nitinho e Ossesio Silva.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO
Presidente





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO ESPORTE**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO
AO PROJETO DE LEI N.º 3.514, DE 2023**

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para aumentar os limites para dedução dos valores destinados a projetos de tiro desportivo.

Art. 1º A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....
§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os projetos que incentivem a prática do tiro desportivo poderão ser enquadrados no limite de dedução previsto no § 6º.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada Laura Carneiro
Presidente

